



## AS FEIRAS LIVRES COMO LUGARES DE MEMÓRIA Estudo de caso da cidade de Rio Claro - SP

STREET MARKETS AS PLACES OF MEMORY  
A case study of the city of Rio Claro – SP

**Heloisa Mina Padula**

*PUC-Campinas, Escola de Arquitetura, Artes e Design, Brasil*  
[heloisa.mp2@puccampinas.edu.br](mailto:heloisa.mp2@puccampinas.edu.br)

**Maria Cristina da Silva Schicchi**

*PUC-Campinas, Escola de Arquitetura, Artes e Design, Brasil*  
[cristina.schicchi@puc-campinas.edu.br](mailto:cristina.schicchi@puc-campinas.edu.br)

### RESUMEN

A pesquisa busca compreender as condições das feiras livres no interior do estado de São Paulo, em especial, a partir do estudo de três feiras que ocorrem regularmente no município de Rio Claro e estão inseridas na Região Metropolitana de Piracicaba. Propõe-se uma discussão conceitual sobre a natureza e o papel das feiras no cotidiano dos habitantes, como lugares de memória e identidade. Propõe-se estudá-las em distintas temporalidades, como manifestação de uma tradição de determinadas relações de trabalho e produção que congregam o rural e o urbano, com forte apelo à produção local e familiar hortifrutigranjeira. Apesar da globalização, dos novos meios de produção e tecnologias de comercialização, as feiras livres seguem resilientes, adaptando-se às novas demandas. A metodologia aplicada foi a histórico-crítica, buscando compreender os atributos ancestrais e atuais das feiras, procurando traçar sua trajetória como evento, tanto sob o ponto vista socioeconômico quanto cultural e territorial.

**Palabras clave:** Feiras Livres, Paisagens da Produção, Espaço Público, Lugar de Memória.

**Linha de Investigação:** (2) **Tópico:** Cidade e Ambiente, Patrimônio e paisagem cultural.

### ABSTRACT

The research seeks to understand the conditions of street markets in the interior of the state of São Paulo, in particular, based on the study of three Streets Markets that regularly take place in the municipality of Rio Claro and are located in the Metropolitan Region of Piracicaba. A conceptual discussion is proposed on the nature and role of street commerce in the daily life of the inhabitants, as places of memory and identity. It is proposed to study them in different temporalities, as a manifestation of a tradition of certain work and production relations that bring together the rural and the urban, with a strong appeal to local and family horticultural production. Despite globalization, new means of production and marketing technologies, street markets remain resilient, adapting to new demands. The applied methodology was historical-critical, seeking to understand the ancestral

and current attributes of the fairs, trying to trace its trajectory as an event, both from the socioeconomic point of view, as well as the cultural and territorial one.

**Keywords:** Street Markets, Production Landscapes, Public Area, Sites of Memory.

**Thematic clusters:** (2) **Topic: City and Environment, Heritage and Cultural Landscape.**

## Introdução

A feira livre se realiza no espaço público, em geral, no meio urbano, que funciona como cenário da comercialização e do convívio social. A atividade detém, como herança, relações sincrônicas com as demandas evolutivas de áreas urbanizadas, proveniente do processo de formação e desenvolvimento da atividade no meio. Em contrapartida, o campo se apresenta como cenário da produção, através da lavoura para o desenvolvimento hortifrutigranjeiro, voltada à cadeia de produção alimentícia. Seguindo a lógica estabelecida por Flávio Villaça (1998), a pesquisa parte da identificação das dinâmicas sociais e espaciais que definem o território formado pelas feiras, numa abordagem dialética, ou seja, reconhecendo não apenas a necessidade “de partir do social para explicar o espaço, mas, ao contrário, [que] é importante também partir do espaço para explicar o social.” (VILLAÇA, 1998:36).

A metodologia adotada foi a histórico-crítica, buscando compreender os atributos ancestrais e atuais das feiras, procurando traçar sua trajetória como evento, tanto sob o ponto vista socioeconômico quanto cultural e territorial, a partir da revisão da bibliografia e da pesquisa documental existentes sobre o tema, em distintos campos do conhecimento. Também se buscou, numa segunda etapa, através de pesquisa empírica, verificar a presença destes atributos nas feiras da Região Metropolitana de Piracicaba, com destaque para os casos de estudo na cidade de Rio Claro (SP). Procura-se identificar e analisar as diferentes condições de realização das feiras em espaços abertos ao público, a partir do levantamento do uso e apropriação deles, e o papel das feiras livres na recriação desta tradição no cotidiano das pessoas, tornando-o familiar, receptivo e acolhedor.

## 1. Contexto histórico das feiras no interior paulista

No território brasileiro, segundo Mott (1976), os primeiros cronistas narram que os índios da região tinham como economia principal a subsistência, ou seja, não havia uma atividade intensa de práticas voltadas para o consumo, havia pontuais trocas e um rendimento de produção mínimo para além do povoado. Desta forma, com a chegada dos europeus, no final do século XV, trouxeram uma cultura consolidada e meios para comercialização de mercadorias, os indígenas originários foram incentivados a comercializar com os homens brancos, porém, as feiras, como as conhecemos hoje “constituem uma inovação que era desconhecida da população nativa.” (MOTT, 1976:86). Com a adaptabilidade e o interesse dos índios ao comércio de escambo, se introduziu nesta atividade na colônia.

O período marcado pela colonização, teve como economia principal o cultivo de cana-de-açúcar e a exploração da terra, ambos voltados para a exportação de mercadorias, principalmente para a Europa. No entanto, tais atividades não resultaram no desenvolvimento de grandes urbanizações. Apenas o desenvolvimento do abastecimento interno, com destaque para agricultura de pequena escala, propiciou a diversificação das atividades regionais e a fixação de povoados. Com o desenvolvimento da colônia houve o avanço territorial em direção ao interior do continente, área ainda pouco explorada pelos colonizadores, atraindo a população para próximo destas ocupações. Consequentemente, houve a criação e consolidação de povoados e vilas.

A produção do espaço está relacionada, portanto, às relações sociais construídas ao longo do tempo no desenvolvimento da existência humana. E, na medida em que tais relações vão sendo modificadas, o espaço é simultaneamente produzido, variando de acordo com as condições materiais, históricas e sociais construídas em cada período. (LEITE, 2015:45)

Por sua vez, o mercado interno se mostrou significativo para este desenvolvimento inicial, respondendo às exigências geradas pelo meio urbano, supridas através da produção do campo. Em São Paulo no final do século XVIII, segundo Sato (2012) e Guimarães (1969) apud Daniela Leite (2015), a comercialização de produtos voltada para o ramo alimentício atuava através de estabelecimentos, como: mercados, quitandas, mercados caipiras, casinhas, armazéns, mascates e feiras. As feiras apresentam preços inferiores aos de seus concorrentes, pela isenção de taxas e impostos, contribuindo ainda mais para a difusão e popularidade da atividade. Neste momento:

Cidade e campo são estrategicamente separados, e com a intensificação da divisão do trabalho no modo de produção capitalista há o predomínio do valor-de-troca, as atividades produtivas realizam-se em locais específicos e produzem também diferenças sociais. Essas distinções são analisadas a partir do espaço que é transformado para atender à demanda da lógica do capital e que pode ser observado na cidade e no campo. Na primeira, tem-se a concentração da população, de equipamentos de produção e do poder político; já no segundo, verifica-se um número menor de pessoas e de instrumentos de produção, demonstrando uma separação marcada pelo aparente domínio da cidade sobre o campo. (LIMA, 2012:45)

Com a adaptabilidade ao meio urbano, as atividades mercantis foram se moldando às realidades subsequentes, somando a reestruturação das forças produtivas, principalmente com a industrialização, resultando em profundas transformações na organização dos tecidos urbanos e na economia. No contexto das grandes urbanizações, “as feiras e mercados apresentam tantas variações que torna-se difícil a enumeração de características gerais capazes de distinguir essas duas instituições nas diversas regiões brasileiras onde elas são encontradas” (FERRERI, 2000: 39).

No interior paulista, com a difusão dos recursos produtivos, meios de trabalho e socialização, havia núcleos populacionais que seguiam os movimentos e tendências das cidades maiores. Os deslocamentos do meio rural para o urbano se davam principalmente através de carroças de tração animal, que usufruíram do espaço público, mais especificamente da rua, para a comercialização de seus produtos. Tais dinâmicas contribuíram para a criação de caminhos, rotas que se cruzavam e conformaram pontos de parada, e conseqüentemente, na constituição de circuitos. Com a rotina destas atividades se consolidaram aglomerações humanas nestes pontos de intersecção, tais como Rio Claro, Limeira, Piracicaba e Campinas. Ortigoza (2012), relata que “Rio Claro apresentava uma significativa centralidade regional, pois seu entorno [era] caracterizado por pequenas cidades” como Ipeúna, Santa Gertrudes, Corumbataí e Analândia. Segundo Sampaio (1987), a região tornou-se uma rede urbana importante para o desenvolvimento agrícola e industrial do estado.

A primeira feira livre a ser institucionalizada do município de São Paulo foi a localizada no largo General Osório, em 1914. A legislação foi apenas o instrumento que legitimou uma atividade que já era popularizada na cidade (SATO, 2012). Em 1918, o movimento operário, por sua vez, reivindicou por melhores condições sociais, visando o acesso de gêneros alimentícios de necessidade básica para toda a população, exigindo a implantação deste mercado popular pelos bairros da cidade.

O mercado interno, a partir do final dos anos 1970, por sua vez, passou a se moldar de acordo com as demandas populacionais e as demandas do sistema econômico, o qual visava a máxima exploração capitalista, livre concorrência e busca pelo lucro, que culminou na implantação de grandes empreendimentos comerciais voltados para gênero alimentício, em diversas localidades. Os itens frescos foram substituídos por produtos industrializados e super processados, que passaram a integrar a alimentação da população. Outras estruturas de consumo que têm impacto direto na estrutura urbana também foram se justapondo ao mercado interno, como: supermercados, hipermercados voltados para o comércio de varejo e atacado, os shoppings centers e a possibilidade de compras online. Cabe agora perguntar: Como as feiras livres foram reorganizadas e qual o seu papel frente às práticas de comércio e a lógica do capital operadas nos dias de hoje?

Ao longo do tempo, essa paisagem formada pelas atividades comerciais e o próprio comércio de rua remanesceram como tradições locais e as estruturas econômicas e sociais que se sucederam deixaram marcas no território, implicando diretamente nas relações culturais do meio. Todavia, apesar de se tornar uma prática consolidada, a venda ambulante é expressão de cada localidade e suas singularidades estão explícitas em seus contextos urbanos e culturais, através da estrutura de consumo, dos itens comercializados e modos de vida particulares de cada população. Portanto, as feiras se adaptaram às necessidades, reestruturando suas práticas, ou seja, mantiveram-se resilientes, de forma que, segundo Souza: “[...] a interação e a soma de diversos aspectos sociais provenientes de territórios distintos e a (re)produção de expressões culturais que refletem territorialidades múltiplas de seus participantes, sejam eles vendedores expondo seus produtos ou compradores em busca de mercadorias [...]”. (SOUZA, 2015:166)

O mercado de rua atua principalmente como uma forma de complementar, contrapor e concorrer com o comércio estabelecido, sendo, portanto, mais flexível, capaz de acompanhar as mudanças de perfis socioeconômicos das cidades. Há distintos produtos que se prestam à comercialização em feiras como nas de artesanato, onde são expostos produtos feitos à mão, incluindo artesanato local, produtos regionais e obras de arte; nas feiras da barganha, onde são comercializados ou trocados produtos usados; feiras de negócios, que têm como objetivo principal promover negócios entre empresas e clientes, apresentando produtos e serviços relacionados a um determinado setor; feiras gastronômicas, que oferecem uma ampla variedade de alimentos e bebidas, incluindo especialidades locais e regionais; feiras da agricultura familiar, que são iniciativas que buscam a valorização da produção local hortifrutigranjeira, promovendo o consumo consciente. Segundo Villaça (1998), o comércio é estabelecido em relação direta com os preços, áreas de influência e especulação das ofertas pelo mercado formal, sofrendo influência tanto das áreas centrais, quanto da periferia, onde as demandas mudam de acordo com as faixas de renda. As feiras livres, por sua vez, seguem as mesmas tendências de implantação, buscando áreas urbanas de maiores fluxos, e com fácil acessibilidade dentro da malha urbana.

Foi para atender novas demandas que grupos voltados para atividades comerciais alternativas, começaram a se organizar através de cooperativas e associações, que consistem em organizações que buscam aspirações econômicas, sociais e culturais, baseadas em princípios de autoajuda, autogestão, democracia, igualdade e equidade. Cassol (2021:109) destaca “a importância das associações e organizações coletivas e públicas na construção dos mercados e toda uma miríade de dimensões que tem como foco os processos de interação social”. As autoridades governamentais, por sua vez, passaram a regulamentar tais práticas de comércio, através da institucionalização das atividades, exigindo normas quanto à arrecadação de impostos, fiscalização sanitária, segurança dos consumidores e feirantes e procedimentos para a utilização do espaço público para seu funcionamento efetivo. Além disso, a gestão pública estabeleceu diretrizes para a formulação de políticas nacionais, estaduais e municipais de agricultura familiar voltadas para o desenvolvimento rural.

Há todo um imaginário relacionado às feiras livres, por ocorrerem nos espaços públicos, fazendo jus ao próprio nome - elementos espontâneos surgidos pela demanda da população, somada à necessidade de emprego e de abastecimento local – que oblitera a forma institucionalizada destes eventos hoje, que são também amparados por legislação, formalização e consolidação de organizações, sistemas ou estruturas que têm uma função ou propósito específico dentro da atividade capitalista da sociedade:

Na dimensão da circulação e do consumo o crescimento expressivo das feiras livres foi uma das consequências mais visíveis desse processo. Pequenos produtores, arrendatários (muitos deles antigos moradores de engenhos), trabalhadores da rua, moradores, operários, entre outros atores sociais da época, passaram a recorrer às feiras livres para comerciar e trocar alimentos e itens de subsistência. Dessa forma, as feiras livres passam a serem analisadas como lugares privilegiados de comercialização da pequena produção e como expressões das transformações em curso nas relações sócio-econômicas regionais. (GARCIA, 1984; GALVÃO, 1994; PAZERA JR, 2003 apud MENEZES e ALMEIDA, 2021:104)

## 2. Lugares de Memória

Para além da função de abastecimento e consumo, os atributos que garantem a fixação e a adaptabilidade das feiras abrangem a integração de estar em espaços de domínio público, integrados à paisagem e com livre acesso à toda população, sem restrições de classe, gênero e cor. Somam-se a estes, a garantia de uma periodicidade e o fato de estarem inseridas no cotidiano da população. Porém, há atributos intangíveis; para além da movimentação econômica, denominada por Santos (2008) como circuito inferior, as feiras tornaram-se pontos de encontro, espaços de convívio e identidade, que refletem uma cultura popular regional. O papel das feiras livres foi resignificado, ao longo do tempo, ao recriar-se hábitos de consumo e de socialização que ainda guardam atributos de ancestralidade e coletividade em meio à tendência cada vez maior de realização

de compras impessoais pela internet em supermercados e outros sites intermediadores de prestação de serviços. Apesar de itinerantes e intermitentes, ao recriar o espaço urbano no cotidiano, tornam-se permanentes no imaginário da população por gerações, adquirindo valor cultural.

Assim, nesta pesquisa, parte-se da premissa de que as feiras livres revelam traços da identidade sociocultural dos territórios onde se estabelecem, assim como das relações urbano-rurais por elas mobilizadas, evidenciando os desdobramentos das dinâmicas dos circuitos-curtos de produção dos pequenos agricultores; reiteram a tradição de compra e venda direta de produtos, aspectos que fazem parte do imaginário, da memória e da identidade da população. As feiras livres são dinâmicas e intergeracionais, transmitidas por meio da percepção e da oralidade, contribuindo para a identidade dos mais diversos grupos sociais, pensadas, desta forma, como referências culturais, conceituada por Londres (2000):

ênfatizam a diversidade não só da produção material, como também dos sentidos e valores atribuídos pelos diferentes sujeitos a bens e práticas sociais. Essa perspectiva plural de algum modo veio “descentrar” os critérios, considerados objetivos, porque fundados em saberes considerados legítimos, que costumavam nortear as interpretações e as atuações no campo da preservação de bens culturais. (Londres, 2000:112-113)

Ainda sob esta perspectiva, é importante ressaltar as relações entre diferentes dimensões presentes na feira, através do conceito de “espírito do lugar”, cujo sentido e valor é dado, por um lado, pelos aspectos materiais como nos sítios, paisagens, edificações e objetos, e de outro, pelos imateriais, a partir de memórias, depoimentos, documentos, rituais, valores, técnicas, odores. A feira possibilita operar com ambos os enquadramentos, pois são eventos construídos por “diferentes atores sociais, tanto quanto por aqueles que os criam como por aqueles que os utilizam, ambos participando ativamente da construção de seu sentido”, além de possuírem “diferentes significações e singularidades, mudar de sentido com o tempo e ser compartilhado por diferentes grupos”. (ICOMOS, 2008:2)

Soma-se a esse conceito, a possibilidade de defini-las como “lugares de memória”, atuando como elementos constituintes da estrutura da memória social, desenvolvendo urbanidade e convivência social, onde há uma maior democratização da cidadania. Conforme Pierre Nora (1993) define:

São lugares, com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos [...] É material por seu conteúdo demográfico; funcional por hipótese, pois garante, ao mesmo tempo, a cristalização da lembrança e sua transmissão; mas simbólica por definição visto que caracteriza por um acontecimento ou uma experiência vividos por um pequeno número e uma maioria que deles não participou. (NORA, 1993:21-22)

### **3. Os objetos de Estudo**

A Região Metropolitana de Piracicaba, institucionalizada em 24 de agosto de 2021 pela Lei Complementar Estadual nº 1.360, é constituída por 24 municípios (TABELA 1), que são interligados por importantes rodovias, como a Rodovia Anhanguera, a Rodovia Washington Luiz, Rodovia do Açúcar, Rodovia Fausto Santo Mauro, entre outras. Soma-se a passagem privilegiada de várias estradas de ferro, situando economicamente a área no cenário regional, nacional e mundial. Estes atributos facilitam o transporte de pessoas e mercadorias para outras regiões do país, bem como geram emprego para a região.

Situadas a leste do estado de São Paulo, o conjunto de cidades interioranas fica aproximadamente a 180 quilômetros da capital paulista, em uma área denominada depressão periférica paulista (FIGURA 1), que se caracteriza por um conjunto de terras mais ou menos uniformes, aplanadas e altas. Características que qualificam o território para o vasto desenvolvimento do cultivo agrícola, onde apresenta uma forte tradição que se destacou pela atividade rural desde o período colonial, principalmente voltada para os grandes latifúndios de produção de cana-de-açúcar e cafeeicultura. Ademais, no século XX, no contexto industrial, a região foi foco da implantação de diversos tipos de atividades industriais, das mais variadas escalas e tipos de produtos manufaturados.

[...] apesar de apresentar expansão da atividade industrial em quase todo o período 1940-1980 e mesmo altos índices de crescimento entre 1970 e 1980, tem posição secundária na hierarquia industrial da região justamente por competir com alguns dos municípios mais industrializados e de maior crescimento industrial do Estado paulista que; exatamente por isto, fazem da Região Industrial da Baixa Anhanguera a mais importante concentração industrial do interior. (SAMPAIO, 1987:6)

No entanto, para além de grandes estruturas econômicas de ligação e produção para a escala do território nacional e internacional, os sistemas regionais que conectam o urbano com o rural são abastecidos pelas estradas rurais, os antigos caminhos das rotas comerciais, que contribuem para a conexão das localidades e consolidação dos circuitos curtos movidos pelas propriedades menores.

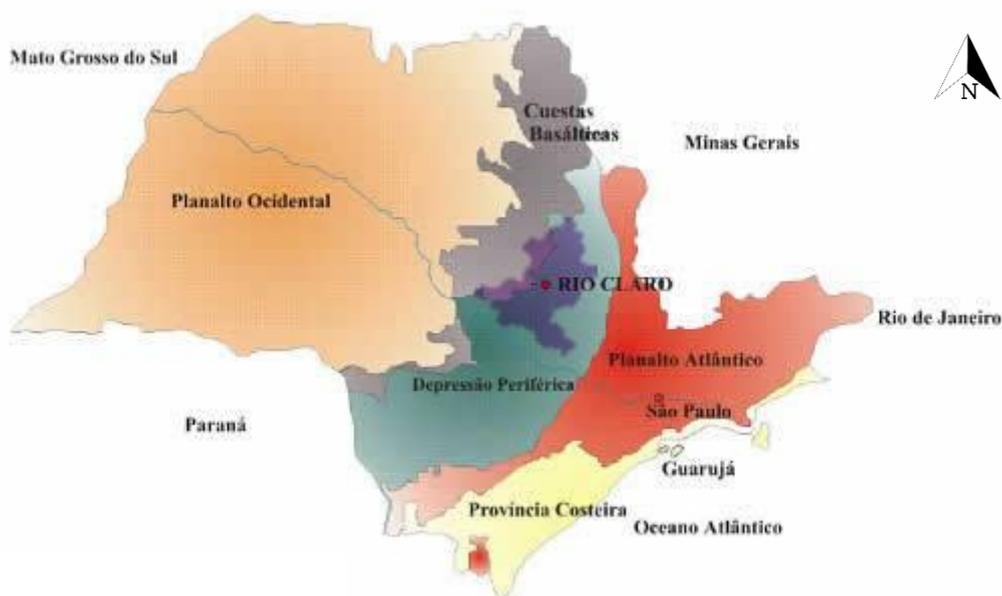


Fig. 01 Formação geomorfológica do Estado de São Paulo. Em roxo, limite da Região Metropolitana de Piracicaba com a localização do município de Rio Claro. Fonte: Instituto de Geociências da USP, 2022.

Dentro da região estudada, apenas os municípios de Piracicaba, Limeira, Leme e Rio Claro, são classificados por critérios demográficos do IBGE como de porte médio, todos os outros 20 se enquadram como cidades de porte pequeno<sup>1</sup>. Dentro deste enquadramento de cidades médias e pequenas, pode-se entender que são guardados valores e tradições que muitas vezes nas cidades grandes já foram diluídas e tomadas por movimentos maiores. Não se trata apenas de relações geográficas e dimensões municipais, mas sim, de um apelo maior para a vida cotidiana, numa temporalidade distinta das cidades grandes. As gestões públicas, por consequência, têm uma influência direta na manutenção destas atividades, pois são necessárias atenção e valorização por parte dos órgãos gestores para sua preservação e disseminação adequadas.

No território em estudo (FIGURA 2), há diversas feiras livres distribuídas entre as 24 cidades, onde cada feira apresenta singularidade relacionada à sua região. Esta pesquisa dará foco às feiras do município de Rio Claro, o qual sedia três delas, institucionalizadas pelo poder público, operadas em distintas áreas do tecido urbano, com diferentes temporalidades, traços socioeconômicos e culturais. Todavia, todas apresentam forte característica de venda voltada relacionada à produção hortifrutigranjeira, intrínseca ao modo de cultivo local, ou seja, a agricultura familiar e orgânica.

<sup>1</sup>No Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) define cidades pequenas como aglomerados urbanos que possuem uma população de até 50 mil habitantes. Para as cidades de porte médio é relativo consenso em considerar aquelas cidades que estão entre 50 mil e 500 mil habitantes, ainda que esse intervalo esteja sujeito a alterações, a cada vez que os resultados dos censos demográficos são divulgados (SPOSITO, 2010, apud da SILVA 2013).

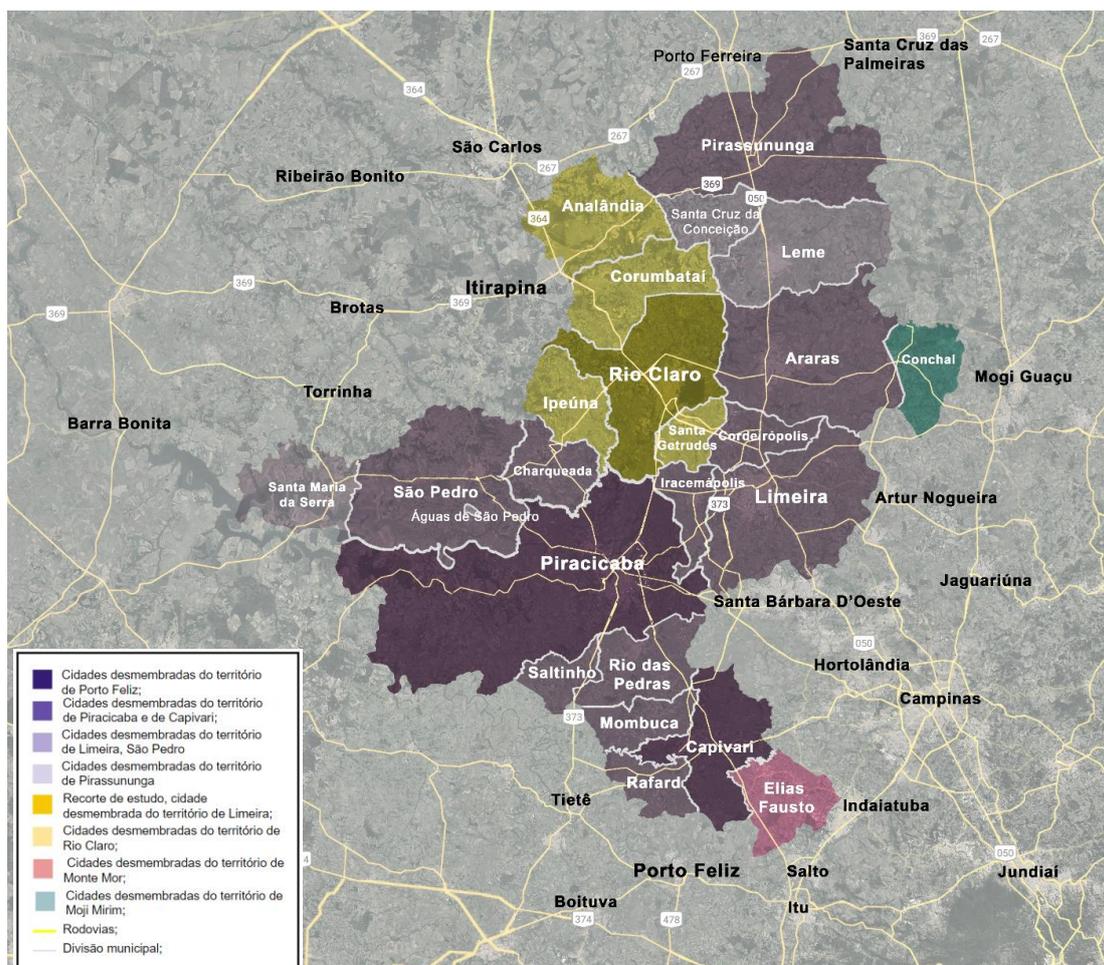


Fig. 02 Região Metropolitana de Piracicaba (RMP). Cores acompanham tabela 1. Fonte: Produzido pelas autoras, 2023.

Segundo a fundação SEADE<sup>2</sup>, que mapeou os desdobramentos das terras do estado de São Paulo, a formação dos municípios da Região Metropolitana de Piracicaba surge a partir dos desdobramentos das primeiras vilas e arraiais, neste contexto: Porto Feliz, Mogi-Mirim e Monte Mor (TABELA 1). Nestas áreas afloraram pequenos povoados que se desmembraram nestes meios pela divisão e desenvolvimento das sesmarias. Posteriormente se emanciparam dos municípios de origem, causando uma diminuição de suas áreas.

A tradição de produção hortifrutigranjeira no município de Rio Claro se manifesta de diversas formas no território, sendo uma das principais por meio da educação formal, oferecida pela “Escola Municipal Agrícola Eng.º Rubens Foot Guimarães”, uma das poucas escolas técnicas agrícolas do ensino fundamental do estado, que fomenta a formação de trabalhadores do campo. Outra forma é o incentivo dado pelo governo através de políticas públicas, assistência e programas de estímulo à atividade hortifrutigranjeira, como no programa Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que viabiliza a comercialização da produção da agricultura familiar, entendendo como uma estratégia importante para promover a alimentação saudável e sustentável, além de estimular a economia local. Desta forma, as feiras da região criaram forças e se consolidaram no meio urbano (FIGURA 2).

<sup>2</sup> Site de acesso para a obtenção dos dados: <https://produtos2.seade.gov.br/visualizacao/desmembramentos/>.

**Tabela 01: Informações sobre a Região Metropolitana de Piracicaba (RMP). As cores da tabela correspondem às do mapa da Figura 2.**

MUNICÍPIO	Nº HAB	ÁREA	Nº FEIRAS	PERIODICIDADE	ORGANIZADOR	ANO DE EMANCIPAÇÃO
RIO CLARO	209.548	922,1 km <sup>2</sup>	3	Semanal	Secr. de Agricultura	1845 - emancipado de LIMEIRA
ANALÂNDIA	5.115	325,953 km <sup>2</sup>	0	-	-	1897 - emancipado de RIO CLARO
IPEÚNA	7.824	190,010 km <sup>2</sup>	0	-	-	1964 - emancipado de RIO CLARO
SANTA GERTRUDES	27.85	98,291 km <sup>2</sup>	0	-	-	1948 - emancipado de RIO CLARO
CORUMBATAI	4.072	278,622 km <sup>2</sup>	1	Mensal	Secr. de Turismo	1948 - emancipado de RIO CLARO
PIRACICABA	410.275	1.378,069 km <sup>2</sup>	13	Semanal	Secr. Agricultura e Abastecimento	1821 - emancipado de PORTO FELIZ
CHARQUEADA	17.539	175,846 km <sup>2</sup>	1	Semanal	Div. de Cultura e Turismo	1953 - emancipado de PIRACICABA
RIO DS PEDRAS	36.233	226,657 km <sup>2</sup>	0	-	-	1894 - emancipado de PIRACICABA
SALTINHO	8.498	99,738 km <sup>2</sup>	0	-	-	1991 - emancipado de PIRACICABA
SÃO PEDRO	36.298	611,278 km <sup>2</sup>	1	Semanal	Secr. De Turismo	1881 - emancipado de PIRACICABA
ÁGUAS DE SÃO PEDRO	3.588	3,612 km <sup>2</sup>	2	Semanal	Secr. De Turismo	1948 - emancipado de SÃO PEDRO
SANTA MARIA DA SERRA	6.298	252,621 km <sup>2</sup>	1	Semanal	Secr. De Turismo	1959 - emancipado de SÃO PEDRO
CAPIVARI	56.973	322,878 km <sup>2</sup>	1	Semanal	Dep. De Fiscalização de Posturas	1864 - emancipado de PORTO FELIZ
RAFARD	9.126	121,645 km <sup>2</sup>	0	-	-	1964 - emancipado de CAPIVARI
MOMBUCA	3.523	133,698 km <sup>2</sup>	1	Semanal	Secr. de Finanças	1964 - emancipado de CAPIVARI
LIMEIRA	310.783	580,711 km <sup>2</sup>	20	Semanal	Secr. Meio Ambiente	1842 - desmembrada de PIRACICABA
ARARAS	136.739	636,5 km <sup>2</sup>	6	Semanal	Secr. de Serviços Públicos Urbanos e Rurais	1871 - emancipada de LIMEIRA
CORDEIRÓPOLIS	25.116	137,579 km <sup>2</sup>	3	Semanal	Secr. de Desenvolvimento	1948 - emancipada de LIMEIRA
IRACEMÁPOLIS	24.982	115,118 km <sup>2</sup>	1	Semanal	Secr. de Finanças	1953 - emancipada de LIMEIRA
PIRASSUNUNGA	77.33	727, 118 km <sup>2</sup>	4	Semanal	Secr. Municipal de Planejamento	1895 - emancipada de LIMEIRA
SANTA CRUS DA CONCEIÇÃO	4.584	150,130 km <sup>2</sup>	1	Semanal	Secr. De Turismo	1898 - emancipada de PIRASSUNUNGA
LEME	105.273	402,871 km <sup>2</sup>	2	Semanal	Secr. De Emprego	1895 - emancipada de PIRASSUNUNGA
ELIAS FAUSTO	18.095	202,360 km <sup>2</sup>	2	Semanal	Div. de Fiscalização	1944 - emancipado de MONTE MOR
CONCHAL	28.491	182,793 km <sup>2</sup>	3	Semanal; Mensal	Div. de Turismo e Eventos; Div. de Fiscalização	1948 - emancipado de MOJI MIRIM

Fonte: IBGE; Prefeituras RMP; Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados, 2023.

O órgão municipal responsável pela regulamentação, programação e planejamento das feiras livres do município é a Secretaria Municipal de Agricultura, que junto com a administração autônoma das feiras controla a realização das atividades. A secretaria, por sua vez, junto com os grupos autônomos (cooperativas, coletivos e grupos de interesse), respeitando a Lei Municipal N° 3.338, de 08/04/2003, viram a necessidade de se organizarem em um conselho municipal de desenvolvimento rural, composto por representantes titulares e

suplentes dos bairros rurais e desta maneira se dividiram por setores de produção (FIGURA 3), em que os mandatos têm duração de 2 anos, sendo que após esse período há uma reeleição.

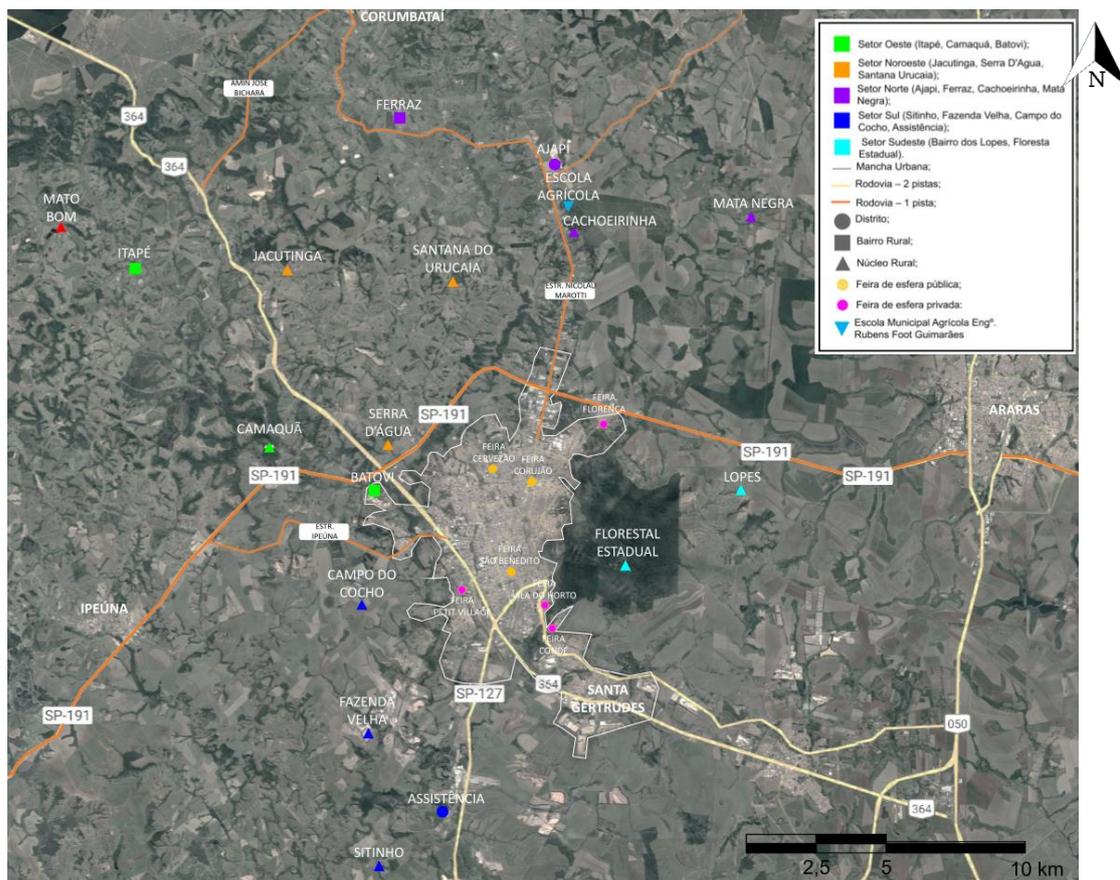


Fig. 03 Áreas de produção e feiras de Rio Claro.

Fonte: Produzido pelas autoras com base na Lei Municipal N° 3.338, de 08/04/2003, 2023.

A Lei Municipal N°5.088, de 31/08/2017, somada com a Lei Municipal N° 5.029, de 07/03/2017, especificam as feiras que funcionam no município, e deixam a cargo do poder executivo a criação de novos espaços para o funcionamento das feiras livres, listando os bairros em que o comércio de rua pode atuar de maneira regularizada caso haja interesse da coletividade (FIGURA 4). No entanto, nestas áreas pontuadas pela legislação, nunca houve a realização de atividades comerciais nos locais públicos.

O comércio de rua, localizado em diferentes localidades no município, funciona de maneira efetiva para a população, suprimindo parte da necessidade de abastecimento local, pois as feiras compreendem a necessidade de cada bairro e se adaptam às demandas de produtos, ofertando itens de acordo com o público consumidor. Os mercados populares ainda figuram como resistências, ao “contraporem-se ao monopólio do território, ao poder dos grandes conglomerados multinacionais e aos impérios agroalimentares, características de uma agricultura mundializada e de um imperialismo, geralmente disfarçado como democracia.” (MENEZES, 2021:8)

A feira livre mais recente criada no município é a “Feira do Corujão”, também conhecida como “Feira do Produtor Rural”, ou “Feira da Agricultura Familiar”, que conta com aproximadamente 35 a 40 feirantes. Segundo Ferreira e Rodrigo (2021), a feira teve início em 12 de dezembro de 2012, em ação conjunta com a Secretaria Municipal de Agricultura. Em 2017 foi institucionalizado pela Lei Municipal nº 5.029, onde passou a ser sediada no galpão da Vila Martins, situada em uma rua de fácil conectividade com a cidade, todas as terças e sextas-feiras, das 18h às 21h.

Localizada na praça São Benedito, na região central do município, a Feira do São Benedito foi institucionalizada pela Lei nº524 de 12 de junho de 1957. Possui a exposição de aproximadamente 30 feirantes todos os sábados no período da manhã, das 6h às 12h.

A Feira Livre do Cervezão é contemporânea à do São Benedito, também institucionalizada pela Lei nº524. Situa-se na periferia do município, em um terreno baldio, em um bairro de mesmo nome, em seu entorno se desenvolve uma subcentralidade consolidada. Apresenta entre 20 e 25 feirantes, que vendem seus produtos todos os domingos de manhã, das 6h às 12h.



Fig. 03 Localização feiras de Rio Claro, e Bairros selecionados pela Lei N°5.088, onde pode haver feiras livres. Fonte: Produzido pelas autoras com base na Lei Municipal N°5.088, de 31/08/2017, 2023. Fotos de Heloisa Padula, 2021.

Em síntese, as três feiras se situam em distintos quadrantes da cidade e apresentam características distintas em seus formatos, produtos, frequentadores e comerciantes. A Feira Livre do São Benedito, se apresenta em um local de ampla oferta do comércio formal, no centro tradicional do município, porém, se vale dos fluxos que confluem para a área, potencializando a presença da feira. No bairro periférico onde ocorre a feira do Cervezão, a realidade é muito diferente, há pouca oferta formal de serviços e comércios e a feira oferece produtos mais baratos e diversificados, compatíveis com as necessidades socioeconômicas da região, e até modos distintos de convívio entre consumidor e vendedor. A feira do Corujão, fruto de uma iniciativa de interesse de grupos independentes em parceria com a Secretaria Municipal de Agricultura, situa-se em bairro tradicional da cidade e perto de vias de fácil acesso. Segundo Ferreira e Rodrigo (2021), a feira originalmente era voltada quase exclusivamente à comercialização da produção familiar da região, no entanto, com o tempo, o local passou por uma transformação significativa, tornando-se um ponto de encontro movimentado, o que despertou o interesse de produtores e vendedores de diversos produtos, diminuindo em a representação da agricultura familiar.

#### 4. Conclusão

No Brasil, por mais que haja visibilidade e tecnologias avançadas para o meio rural, a agricultura familiar ainda é uma prática negligenciada tanto pelas instituições governamentais, quanto pela iniciativa privada e pela própria população, em um país que privilegia o agronegócio e os grandes latifúndios, em detrimento de movimentos que lutam ativamente pela conquista de terras para comer, trabalhar, e pelo direito de produzir.

Entende-se que o órgão público responsável por gerir as feiras livres deve garantir a preservação das características históricas deste tipo de comércio, salvaguardando as práticas culturais ancestrais baseadas no

comércio de rua e na relação direta entre produtor e consumidor. Entretanto, as legislações relacionadas às feiras livres das cidades que fazem parte da Região Metropolitana de Piracicaba, estudadas nesta pesquisa, são, em sua maioria, genéricas ou inexistentes. Há poucas ou quase nenhuma diretriz nos planos municipais locais sobre esta atividade no espaço público, bem como as que instituem as feiras livres e o comércio ambulante, motivo pelo qual não foi dado destaque no artigo sobre este ponto específico.

Portanto, há uma lacuna nos estudos destas atividades como espaços onde se realizam práticas sociais importantes e lugares que possibilitam um reforço de identidade das comunidades. Para tal, conforme apontado neste artigo, deveriam ser pensadas coletivamente de acordo com cada localidade e especificidade, fornecendo alternativas para a viabilidade e a difusão da agricultura familiar, artesanato, arte, dentre outras possibilidades de ocupação e geração de trabalho em cada região.

As feiras, não são apenas elementos essenciais para a constituição de memórias coletivas, identidade, mas também recursos econômicos relacionados aos circuitos curtos, conforme apontado, que se valem de estratégias coletivas e individuais de apropriação do território. Além disso, apesar das dificuldades de fortalecimento e consolidação da agricultura de base familiar, constata-se que essa categoria não se encontra passiva frente aos movimentos desterritorializantes orquestrados pelo capitalismo.

## **BIBLIOGRAFIA**

CASSOL, A. (2021). Instituições sociais e abastecimento alimentar contemporâneo: Resgatando a importância socioeconômica das feiras livres tradicionais brasileiras. *Vamos às feiras!: Cultura e ressignificação dos circuitos curtos*. (1. ed.) – Aracaju, SE : Criação Editora.

DA SILVA, A. L.. (2013) Breve discussão sobre o conceito de cidade média. *Geoiंगा: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PGE/UEM)*, v. 5, n. 1, p. 58-76.

ICOMOS. (2008). *A Carta de Burra*. Tradução para a língua portuguesa por António de Borja Araújo.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2012). *Censo Brasileiro de 2010*. Rio de Janeiro: IBGE.

FERREIRA, D. A. de O.; RODRIGO, W. L. (2021) A venda direta de produtos da agricultura familiar e o caso da feira do corujão - Rio Claro/SP. In: MENEZES, S. de S. M.; DE ALMEIDA, M. G.. *Vamos às feiras!*.

FERRETI, M. (2000). *Feiras nordestinas: estudos e problemas*. In.: FERRETI, S. [Org.] *Reeducando o olhar: estudos sobre feiras e mercados*. São Luis: Edições UFMA, 2000. (Cap. II) p. 35-66.

LEITE, D. C. B. (2015). *Feiras como espaços de hospitalidade e identidade coletiva: Feira permanente da Ceilândia/DF*. Tese de mestrado profissional em turismo, Universidade de Brasília.

LIMA, E. D. (2012) *A feira livre na mediação campo-cidade*.

LONDRES, C. et al. (2000). *Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio*. Manual de Publicação do Departamento de Documentação e Identificação.

MENEZES, S. S. M.; ALMEIDA, M. G. de (orgs.). (2021) *Vamos às feiras!: Cultura e ressignificação dos circuitos curtos*. (1. ed.) – Aracaju, SE : Criação Editora.

MOTT, L. RB. (1976). Subsídios à história do pequeno comércio no Brasil. *Revista de História*, v. 53, n. 105, p. 81-106, 1976.

NORA, P. (1993). *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Tradução Yara Aun Houry. In: *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28.

ORTIGOZA, S. A. G. (2012). *Comércio e Indústria em Rio Claro: Formação Histórica, Características, Atores e Potencialidades - Passado, Presente e Futuro*. In: Campo, M. T. A.; MACHADO, H. M. de FG. et al. *ACIRC, 90 anos de história: Associação Comercial e Industrial de Rio Claro: 1922-2012*. Rio Claro: Divisa.

RIO CLARO (2003) *Lei Municipal N° 3.338, de 08/04/2003*.

RIO CLARO (2017). *Lei Municipal nº 5.029, de 7 de março de 2017*.

RIO CLARO (2017). Lei Municipal N°5.088, de 31/08/2017

RIO CLARO (1957). Lei Municipal N° 524, DE 12/06/1957.

SAMPAIO, S. S. (1987). A industrialização de Rio Claro. Contribuição ao estudo da desconcentração espacial da indústria no Estado de São Paulo. Geografia, 1-60.

SANTOS, M., (1979). O Espaço Dividido. Os Dois Circuitos da Economia Urbana nos Países Subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

SATO, L. (2012). Feira livre: organização, trabalho e sociedade. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

SEADE. (2017). Quando e como se desmembraram os municípios paulistas. Disponível em: <https://visualizesp.seade.gov.br/quando-e-como-se-desmembraram-os-municipios-paulistas-2/> (Consulta: 17/03/2023)

SOUZA, C. R. D. (2015). As feiras livres como lugares de produção cotidiana de saberes do trabalho e educação popular nas cidades: alguns horizontes teóricos e analíticos no campo trabalho-educação. Trabalho Necessário, 22, 126-144.

VILLAÇA, F. (1998) Espaço intra-urbano no Brasil. Studio Nobel.

<https://geohereditas.igc.usp.br/atividade-rochas-estado-de-sao-paulo/> (Consulta: 15/03/2023).

<https://produtos2.seade.gov.br/visualizacao/desmembramentos/> (Consulta: 17/03/2023)